

AFASTAMENTOS POR TRANSTORNOS MENTAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: RECORTE ENTRE 2020 E 2024

Alice Pinto da Silva¹
Maria Clara Campos da Silva²
Magalí de Paula Silva Santana³

psicomagalisantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O presente estudo analisa os afastamentos por transtornos mentais entre profissionais da educação, com base em dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no período de 2020 a 2024. O campo educacional tem sido atravessado por processos de precarização e instabilidade laboral, intensificação e invisibilização do trabalho docente, gestão por metas e performatividade, violência simbólica e material no ambiente escolar, falta de suporte institucional e redes de apoio, conflitos nas relações interpessoais, exigências emocionais elevadas, mudanças constantes nas políticas educacionais, configurando um cenário propício à produção de sofrimento psíquico e ao adoecimento desses profissionais. Este trabalho tem como objetivo mapear e descrever os afastamentos por transtornos mentais na educação brasileira entre 2020 e 2024. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e caráter documental, fundamentada na análise de dados secundários disponibilizados pelo INSS, os quais foram organizados e examinados por meio de estatísticas descritivas. Os resultados indicam que os transtornos ansiosos e depressivos estão entre as principais causas de afastamento laboral. Os achados evidenciam a centralidade dos fatores psicossociais no contexto do trabalho docente, ressaltando a urgência de políticas públicas e de estratégias institucionais que visem à promoção da saúde mental, à prevenção do adoecimento e à melhoria das condições de trabalho no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: educação; sobrecarga; afastamentos; saúde mental; professor.

1 INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas, como a de Campos (2021) e Assunção e Oliveira (2009), têm apontado o crescimento dos casos de sofrimento e adoecimento entre

¹ Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Vértice - UNIVÉRTIX

² Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Vértice - UNIVÉRTIX

³ Professora do curso de Psicologia – Centro Universitário Vértice - UNIVÉRTIX

profissionais da Educação, sobretudo no que se refere a transtornos mentais, que aparecem, com frequência, entre os principais motivos de afastamento por licença médica desses trabalhadores.

Saúde e educação são dimensões que se entrelaçam e se constituem mutuamente, produzindo práticas, discursos e sentidos que moldam nossos modos de viver. A escola, enquanto espaço formativo, vai além da transmissão de conteúdos, pois também ensina formas de compreender o corpo, a mente e o cuidado, consolidando saberes sobre saúde, tanto em disciplinas e projetos pedagógicos, quanto nas relações cotidianas entre professores, alunos e comunidade escolar. No entanto, esse mesmo espaço é também palco do adoecimento, já que docentes e estudantes enfrentam pressões, exigências e condições que afetam sua saúde física e mental, evidenciando a profunda relação entre processo educativo, trabalho e bem-estar (Silva *et al.*, 2023).

O campo educacional, especificamente o trabalho docente, é marcado por sobrecarga e intensificação, pois a jornada formal raramente é suficiente para atender todas as demandas, fazendo com que muitas tarefas se estendam ao ambiente doméstico, somando-se ao cuidado com a casa e a família. Além disso, a quantidade de atividades exigidas supera, muitas vezes, a capacidade física e mental de professores, favorecendo o adoecimento. Soma-se a isso a precarização estrutural da profissão, marcada por instabilidade e desvalorização, especialmente na educação infantil, onde o trabalho, associado ao cuidado, historicamente ligado às mulheres, sofre forte naturalização e menor reconhecimento social (Viegas, 2022).

Entre os principais fatores psicossociais que impactam a saúde dos docentes e podem levar ao adoecimento e ao afastamento de suas funções, estão as transformações na organização do trabalho, a sobrecarga de atividades, o aumento do número de estudantes por turma, a exigência de polivalência, o enfrentamento de comportamentos indisciplinados, as condições precárias de trabalho, a limitação da autonomia na resolução de questões institucionais e a ausência de reconhecimento profissional (Souza, 2023).

Assim, refletir sobre saúde no campo educacional significa repensar não apenas os modos de lidar com o adoecimento, mas também as formas de ensinar e

aprender o cuidado, reconhecendo que a escola é um espaço privilegiado de produção de saúde, tanto pela via preventiva quanto pela promoção de práticas coletivas que favoreçam a qualidade de vida de todos os envolvidos (Amaral *et al.*, 2020).

Justifica-se este estudo pela necessidade de conhecer os afastamentos por transtornos mentais entre profissionais da educação e de contribuir com subsídios para políticas públicas que valorizem e promovam saúde mental. Este trabalho tem como objetivo mapear e descrever os afastamentos por transtornos mentais na educação brasileira entre 2020 e 2024, com base nos dados do INSS.

Estudos como este são essenciais, não apenas para a sistematização e análise crítica de dados institucionais, mas também para impulsionar discussões interdisciplinares que articulem os campos da saúde, da educação e das políticas públicas. Isso contribui para a construção de ambientes escolares mais humanizados, que valorizem os profissionais da educação e reconheçam o cuidado como dimensão constitutiva do processo educativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme destaca Aguiar (2024), o campo educacional tem sido atravessado por processos de precarização e instabilidade laboral, intensificação e invisibilização do trabalho docente, gestão por metas e performatividade, violência simbólica e material no ambiente escolar, falta de suporte institucional e redes de apoio, conflitos nas relações interpessoais, exigências emocionais elevadas, mudanças constantes nas políticas educacionais, configurando um cenário propício à produção de sofrimento psíquico e ao adoecimento desses profissionais. Entre os temas mais discutidos nesse campo, destaca-se a rotina de trabalho dos professores e seus impactos sobre a saúde mental e física. Esse cenário vem sendo investigado desde a década de 1990, quando estudos passaram a evidenciar que as transformações nas condições de trabalho, o aumento das exigências profissionais, a intensificação da carga laboral e a desvalorização da carreira docente favorecem o desenvolvimento do chamado "mal-estar docente" (Esteve, 1999).

Viegas (2022) diz que a intensificação e a sobrecarga de atividades têm se tornado características marcantes da profissão. Embora o trabalho do professor sempre tenha exigido atividades além da sala de aula, esse processo se intensificou a partir da década de 1990, em decorrência das mudanças nas políticas educacionais, do aumento das demandas administrativas e da ampliação das responsabilidades atribuídas aos profissionais da educação, contribuindo para o desgaste físico e emocional e para o aumento dos casos de adoecimento. Essa condição faz com que o trabalho ultrapasse os limites da jornada formal, estendendo-se ao ambiente doméstico para a realização de planejamentos, correções e registros burocráticos. Ainda, segundo o autor, essa sobrecarga impacta diretamente o bem-estar físico e emocional dos docentes.

De acordo com Nascimento e Seixas (2019), a pressão por resultados e a falta de reconhecimento profissional configuram-se como importantes fatores para o adoecimento dos docentes da educação básica no Brasil. Os autores afirmam que as constantes cobranças por desempenho, somadas às condições precárias de trabalho e à desvalorização da profissão, favorecem sentimentos de frustração, impotência e desgaste emocional. Esse contexto contribui para o desenvolvimento de transtornos como estresse, ansiedade e síndrome de burnout, comprometendo tanto a saúde mental dos professores quanto a qualidade do processo educativo.

Conforme discutido por Sposito (2021), os fatores anteriores estão interligados e refletem tanto as desigualdades sociais quanto as limitações estruturais das escolas públicas brasileiras. A indisciplina, a violência escolar e a falta de recursos pedagógicos configuram-se como desafios recorrentes que comprometem o ambiente educacional e o trabalho docente.

O estudo de Sá, Gomes e Dantas (2023) analisou os benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no período de 2006 a 2021 e revelou que foram contabilizados 3.286.107 casos de incapacidade temporária decorrente desse tipo de transtorno no Brasil. As patologias que figuraram com maior incidência foram os episódios depressivos (CID F32), seguidos por transtornos ansiosos (CID F41) e transtornos depressivos recorrentes (CID F33). Esse cenário revela não apenas o impacto da saúde mental sobre a força de trabalho docente, mas também

aponta para a necessidade de intervenções específicas nas escolas públicas e privadas, visando a promoção da saúde ocupacional e a prevenção de afastamentos prolongados.

Oliveira (2020) aponta que a pandemia da COVID-19 evidenciou as fragilidades estruturais das escolas públicas e privadas, revelando desigualdades históricas e a falta de apoio institucional aos professores. A sobrecarga de tarefas, a ausência de suporte técnico e emocional e a precarização das relações de trabalho ampliaram o sofrimento psíquico desses profissionais. Ainda segundo o mesmo autor, o adoecimento docente emerge como um resultado da intensificação e da desvalorização do trabalho pedagógico.

Grigório *et al.* (2022) apontam que práticas como programas de escuta ativa, rodas de conversa e acompanhamento psicológico no ambiente escolar têm se mostrado eficazes na redução do sofrimento mental e na melhoria do clima organizacional. Tais iniciativas, quando apoiadas por políticas públicas e pela gestão escolar, fortalecem a rede de apoio emocional e contribuem para a diminuição dos afastamentos por transtornos mentais. Entretanto, os autores alertam que, para que essas ações sejam efetivas, é necessário garantir condições estruturais, tempo pedagógico adequado e valorização profissional, fatores que ainda representam desafios significativos no cotidiano da educação básica.

Além disso, o Ministério da Saúde (Brasil, 2025), por meio do relatório Saúde Mental em Dados, evidencia o aumento dos casos de afastamento laboral relacionados a transtornos como ansiedade, depressão e estresse, especialmente entre trabalhadores da educação. O documento ressalta a importância de integrar políticas de vigilância em saúde mental com ações preventivas nas escolas, estimulando o papel ativo do psicólogo escolar e das equipes de atenção básica.

Nesse sentido, Félix (2025) reforça que a atuação do psicólogo escolar é fundamental para a promoção da saúde mental, não apenas no atendimento individual, mas na construção de práticas de cidadania e convivência saudável no ambiente educacional. Essa perspectiva amplia o papel da escola como espaço de cuidado coletivo, capaz de identificar precocemente sinais de sofrimento e intervir antes que ocorram afastamentos prolongados.

Machado e Cecílio (2025) destacam que, apesar dos avanços nas pesquisas sobre adoecimento docente, ainda há escassez de políticas públicas permanentes voltadas à prevenção dos transtornos mentais. Os autores defendem a implementação de programas de promoção da saúde ocupacional docente e de políticas integradas entre educação e saúde, visando ao bem-estar dos professores e à melhoria da qualidade do processo educativo.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e caráter documental, a qual se caracteriza pelo uso de dados numéricos e pela aplicação de métodos estatísticos, visando identificar regularidades, padrões e tendências em fenômenos sociais. A pesquisa documental caracteriza-se pela análise de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reinterpretados de acordo com os objetivos do estudo, permitindo a obtenção de informações relevantes a partir de registros já existentes (Grazziotin, Klaus e Pereira, 2022). Essa abordagem permite maior objetividade e precisão na análise, na medida em que possibilita mensurar variáveis relacionadas ao afastamento de profissionais da educação básica por transtornos mentais, oferecendo indicadores relevantes para compreender a magnitude e a distribuição do problema (Marconi; Lakatos, 2021).

Foram utilizados registros da plataforma Smartlab – Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, abastecida pelos dados do INSS. Foi aplicado filtro referente a Segurança e Saúde no Trabalho para obtenção das seguintes variáveis: quantidade de afastamentos de trabalhadores da educação por ano; quantidade de afastamentos de trabalhadores da educação por causa e por ano, considerando as cinco principais causas; quantidade de afastamentos de professores por ano. As informações obtidas foram referentes ao recorte temporal de 2020 a 2024.

Após a coleta, os dados foram organizados, submetidos à análise e apresentados através de frequências absolutas e relativas. Tais procedimentos permitem interpretar de forma clara e objetiva os resultados obtidos, fornecendo subsídios para compreender a extensão do impacto dos afastamentos sobre a

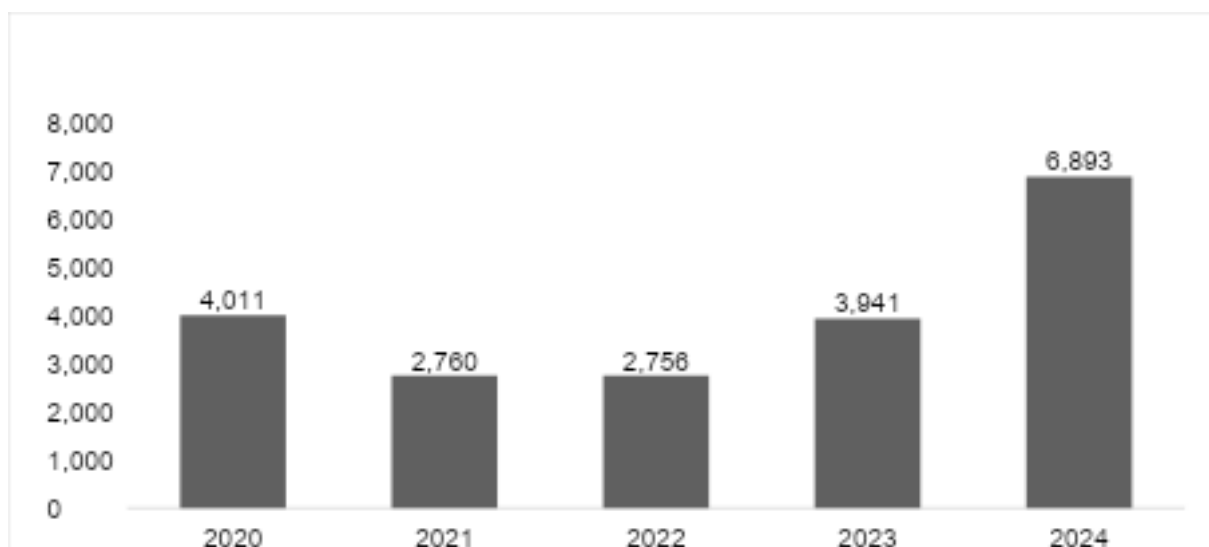
educação básica e identificar tendências que possam orientar medidas de prevenção e intervenção (Creswell; Creswell, 2021).

Por se basear na utilização de dados secundários, de caráter agregado e disponibilizados publicamente, sem possibilidade de identificação dos indivíduos, esta pesquisa está dispensada de submissão e apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecem as normativas vigentes para esse tipo de estudo (Brasil, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 apresenta a distribuição da quantidade de afastamentos do trabalho na área da educação, por ano, no período analisado com o total de 20.361 afastamentos durante o período de 2020 a 2024.

Figura 1 - Quantidade de afastamentos por saúde mental na área da educação, no Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos dados do Instituto INSS, referentes ao período de 2020 a 2024, evidencia que os transtornos mentais representam uma importante causa de afastamento do trabalho no Brasil. Conforme apresentado na Figura 1, observa-se uma variação no número de afastamentos ao longo dos anos, com menor número de afastamentos entre 2020 e 2022, seguida de crescimento a partir de 2023 e um aumento expressivo em 2024.

Esse comportamento pode ser compreendido, em um primeiro momento, à luz dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19, que alterou significativamente as condições de trabalho dos profissionais da educação. Durante esse período, os trabalhadores enfrentaram desafios relacionados à adaptação ao ensino remoto, ao aumento das demandas laborais, às incertezas quanto ao cenário sanitário e às mudanças na organização do trabalho, fatores que contribuíram para o aumento do desgaste emocional e do sofrimento psíquico. Nesse contexto, os efeitos da pandemia sobre a saúde mental podem ter se manifestado de forma gradual, refletindo-se nos anos subsequentes por meio do crescimento dos afastamentos observados a partir de 2023 e, de maneira mais expressiva, em 2024 (Oliveira, 2020).

Além disso, a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passou a enfatizar a identificação e o gerenciamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho, reforça a necessidade de que as instituições educacionais desenvolvam ações voltadas à promoção da saúde mental dos trabalhadores. A norma reconhece que fatores como sobrecarga de trabalho, pressão excessiva, conflitos interpessoais, assédio e falta de suporte organizacional podem impactar negativamente a saúde dos profissionais, tornando indispensável a adoção de medidas preventivas e de monitoramento contínuo desses riscos (Brasil, 2024).

Nesse sentido, a literatura sobre saúde mental e trabalho destaca que o sofrimento psíquico frequentemente emerge das tensões existentes entre as exigências organizacionais e as possibilidades reais de atuação dos trabalhadores. Segundo Christophe Dejours, o trabalho pode constituir simultaneamente uma fonte de realização e de sofrimento, especialmente quando as condições institucionais limitam a autonomia e o reconhecimento do trabalhador, favorecendo processos de desgaste psíquico (Dejours, 1992).

Diante desse cenário, torna-se necessário aprofundar a análise dos afastamentos observados, especialmente no que se refere à identificação dos transtornos mais frequentes associados a esses casos. A tabela 2 apresenta o detalhamento dos afastamentos segundo os diagnósticos predominantes, permitindo uma compreensão mais específica sobre os principais agravos à saúde mental na área da educação.

Tabela 2 - Número de afastamentos da educação conforme CID dos anos 2020 a 2024

Código CID	Transtorno	2020	2021	2022	2023	2024	Total
F31	Transtorno afetivo bipolar	473	253	265	404	737	2.132
F32	Episódios depressivos	1.143	767	722	945	1.700	5.277
F33	Transtorno depressivo recorrente	603	366	331	505	712	2.517
F41	Transtornos ansiosos	1.034	832	893	1.402	2.610	6.771
F43	Reações ao "stress" grave e transtorno de adaptação	251	155	128	190	375	1.099
	Outros transtornos	509	387	417	495	759	2.567

Fonte: Dados da pesquisa

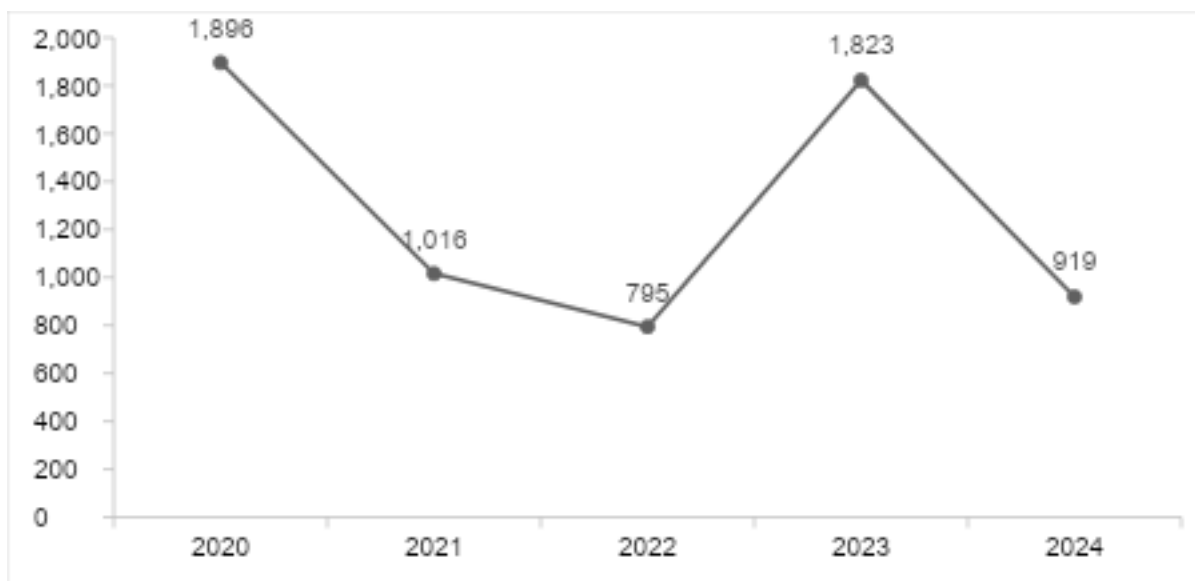
Na Tabela 2, observa-se que, somando os transtornos ansiosos (6.771) e episódios depressivos (5.277), temos a maior parcela dos casos, totalizando 12.048 registros em 5 anos. Observa-se também um número expressivo de casos de transtorno depressivo recorrente (F33). Tal característica implica em afastamentos repetidos ou prolongados, impactando, não apenas a vida do trabalhador, mas também a organização do trabalho e a continuidade das atividades profissionais (Brasil, 2017).

Os resultados evidenciam que o adoecimento mental entre trabalhadores da educação está concentrado em transtornos depressivos e ansiosos. Além disso, a presença de "outros transtornos" com número expressivo sugere a diversidade de condições mentais que podem levar ao afastamento laboral, ainda que com menor frequência individual. Essa heterogeneidade indica que há um conjunto mais amplo de agravos que também demandam atenção dos serviços de saúde e das políticas públicas. Estudos brasileiros destacam que o sofrimento psíquico no trabalho assume múltiplas formas, muitas vezes relacionadas às condições organizacionais e às exigências emocionais das atividades profissionais (Santos; Siqueira, 2020).

Além disso, é importante considerar a possibilidade de subnotificação dos casos, uma vez que nem todos os trabalhadores que vivenciavam sofrimento psíquico conseguiam formalizar o afastamento, seja por barreiras institucionais, receio de estigmatização ou necessidade de manutenção do vínculo laboral, o que indica que os dados disponíveis podem representar apenas parte da real dimensão do problema (Kadri Filho; Lucca, 2024).

A tabela 3 apresenta o número de afastamentos de professores por ano no período de 2020 a 2024, evidenciando um comportamento oscilatório ao longo dos anos analisados.

Figura 3: Quantidade de afastamentos de professores por ano.



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, em 2020, o indicador inicia em um patamar elevado (1.896), seguido de uma redução importante em 2021 (1.016), que se mantém em queda até atingir o menor valor da série em 2022 (795). Em 2023, há uma retomada expressiva, com aumento para 1.823, aproximando-se dos níveis iniciais. No entanto, em 2024, verifica-se nova diminuição, com o valor reduzindo para 919. Esses dados indicam variações importantes ao longo do período, com tendência de queda inicial, recuperação pontual e posterior declínio.

A predominância de resultados oscilatórios pode estar associada a fatores psicossociais presentes no ambiente de trabalho, especialmente em atividades caracterizadas por elevada carga emocional, como ocorre no setor educacional. Estudos apontam que professores frequentemente enfrentam condições de trabalho marcadas por sobrecarga de tarefas, pressão institucional, demandas administrativas e desafios relacionados à gestão da sala de aula (Santana; Santana, 2025).

De acordo com Oliveira (2004), as transformações nas políticas educacionais, nas últimas décadas têm ampliado as responsabilidades atribuídas aos professores,

produzindo processos de intensificação do trabalho docente e impactando diretamente suas condições de saúde e bem-estar.

Por se tratarem de dados secundários, baseados em registros administrativos, eles expressam apenas os casos formalmente reconhecidos, não contemplando situações de sofrimento psíquico que não resultaram em afastamento, seja por dificuldades de acesso ao benefício, seja por estratégias individuais de permanência no trabalho. Nesse sentido, os números apresentados podem ser compreendidos como a “ponta do iceberg” de um fenômeno mais amplo e complexo. Além disso, a classificação por diagnósticos, embora necessária para fins estatísticos, tende a reduzir o adoecimento a categorias biomédicas, desconsiderando os determinantes sociais e organizacionais do trabalho docente (Dejours, 1992).

Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de estratégias efetivas voltadas à promoção da saúde mental no contexto educacional, com o objetivo de reduzir os afastamentos relacionados ao sofrimento psíquico. Entre as principais ações, destacam-se a melhoria das condições de trabalho, a redução da sobrecarga laboral, a valorização profissional e a oferta de suporte psicológico contínuo aos trabalhadores da educação. Além disso, é essencial investir na formação de gestores e equipes para o reconhecimento precoce de sinais de adoecimento mental, bem como na criação de ambientes institucionais mais acolhedores e colaborativos. Políticas públicas integradas, articuladas entre saúde e educação, também são indispensáveis para garantir acompanhamento adequado e intervenções preventivas. (Brasil, 2022).

Esses achados reforçam a compreensão de que o trabalho docente envolve demandas emocionais, cognitivas e sociais intensas, frequentemente associadas à sobrecarga de atividades, pressão institucional, precarização das condições de trabalho e falta de reconhecimento profissional (Ferreira, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que os transtornos mentais constituem uma importante causa de afastamento do trabalho entre profissionais da educação. Os resultados demonstraram que os transtornos ansiosos e depressivos foram os

diagnósticos mais frequentes, com predominância dos transtornos ansiosos no cenário nacional. Entretanto, ao considerar os transtornos depressivos recorrentes, os transtornos depressivos passam a representar a principal causa de afastamento.

Embora os dados analisados permitam identificar a evolução dos afastamentos por transtornos mentais entre trabalhadores da educação, é importante reconhecer suas limitações. Por serem dados secundários baseados em registros administrativos, contemplam apenas os casos formalmente reconhecidos, não abrangendo situações de sofrimento psíquico que não resultaram em afastamento.

Nesse sentido, os números apresentados podem ser compreendidos como a “ponta do iceberg” de um fenômeno mais amplo e complexo. Além disso, a classificação por diagnósticos, embora necessária para fins estatísticos, tende a reduzir o adoecimento a categorias biomédicas, desconsiderando os determinantes sociais e organizacionais do trabalho docente.

Nesse contexto, destaca-se a relevância da atualização da NR-1, que passou a incluir de forma mais explícita os riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais de professores e profissionais da educação. Essa mudança representa um avanço na proteção da saúde mental dos trabalhadores, exigindo das organizações a implementação de estratégias de prevenção, monitoramento e promoção do bem-estar no ambiente laboral, aspecto especialmente relevante para o setor educacional. Diante desse cenário, torna-se fundamental investir em políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à promoção de saúde mental no ambiente escolar. Iniciativas como programas de escuta, apoio psicológico, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho podem contribuir para a prevenção do adoecimento e para a construção de ambientes educacionais mais saudáveis e humanizados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. A.; SANTOS, F. D. V.; MOTA, F. L.; SCHOFFEN, A. C. Z.; SILVA, A. C.; VALENTIN, R. E.O; QUADROS, A. P. Saúde mental dos professores em contextos de precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. **Revista Políticas**

Públicas & Cidades, Curitiba, v. 13, n. 2, p. e1320, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1320> . Acesso em: 5 nov. 2025.

AMARAL, M. O. P.; SILVA, D. M.; COSTA, M. G. A.; GONÇALVES, A. M.; PIRES, S. M. C. S.; CRUZ, C. M. V. M.; GIL, N. C. S. P. ProMenteSã: formação de professores para promoção da saúde mental na escola. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO02246> . Acesso em: 15 set. 2025.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. DOI: 10.1590/S0101-73302009000200003. Disponível em: Brasil - Intensificação do trabalho e saúde dos professores Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Acesso em: 2 jul. 2026

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. São Paulo: Cengage, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/326/o/6_Resumo_Metodos_de_Pesquisas_de_Survey._1_.pdf?1331770834 . Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view> Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Dados sobre benefícios por incapacidade temporária relacionados a transtornos mentais**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. 1-9 – Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo, segundo os subgrupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no Brasil – 2023. In: **AEAT-2024: Estatísticas de Acidentes do Trabalho**. Brasília, 04 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/AEAT-2024/secao-i-estatisticas-de-acidentes-do-trabalho/subsecao-a-acidentes-do-trabalho/capitulo-1-brasil-e-grandes-regioes/1-9-quantidade-de-acidentes-do-trabalho-por-situacao-do-registro-e-motivo-segundo-os-subgrupos-da-classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo-no-brasil-2022>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT 2024: Acidentes do Trabalho segundo a CID – Capítulo 57 – Brasil**

e Grandes Regiões. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/AEAT-2024/secao-i-estatisticas-de-acidentes-do-trabalho/subsecao-c-acidentes-do-trabalho-segundo-a-cid/capitulo-57-brasil-e-grande-regioes>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados**: Edição nº 12. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/saude-mental-em-dados>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados** – Edição nº 13, fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/saude-mental-em-dados/saude-mental-em-dados-edicao-no-13-fevereiro-de-2025/view>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no trabalho**: diretrizes para atenção integral. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL, **Previdência Social concede 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais**. Ministério da Previdência Social, Brasília, 28 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2026/janeiro/previdencia-social-concede-546-254-beneficios-por-incapacidade-temporaria-por-transtornos-mentais-e-comportamentais>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1)** – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego>. Acesso em: 11 jun. 2026.

CAMPOS, Marlon Freitas de; VIEGAS, Moacir Fernando. Saúde Mental No Trabalho Docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 417–437, 29 Jun. 2021. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13270>. Acesso em: 20 set 2025.

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. **Brasil tem mais de 546 mil afastamentos por transtornos mentais em 2025**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://contee.org.br/brasil-tem-mais-de-546-mil-afastamentos-por-transtornos-mentais-em-2025/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. 3. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

FÉLIX, Carlos Marcelo Cavalheiro. O psicólogo escolar: da depressão à saúde mental e à cidadania da criança. **Aprender (Periódico da UESB)**, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377278764_O_psicologo_escolar_da_depressao_a_saude_mental_e_a_cidadania_da_crianca. Acesso em: 21 out. 2025.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á.. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189–199, maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2026

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

GRIGÓRIO, E. L. G. A.; MACÊDO, J. S.; SILVA P. V. J. F.; SALVIANO F., M. S. Saúde mental dos professores: desafios e estratégias para o bem-estar docente. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3760>. Acesso em: 21 out. 2025.

KADRI FILHO, F. E.; LUCCA, S. R. Fatores psicossociais e Transtornos Mentais Comuns no teletrabalho do judiciário trabalhista na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 140, p. e8895, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HWFfXrqcdLvjiYt5Y3Rw3j3D/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2026.

LUDOVICO, Fernanda Michelli; MOLINA, Ana Flávia; SILVA, José Alexandre da; NICOLETTI, Elisângela Aparecida. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, supl. 1, p. S245-S251, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2026.

MACHADO, Maria das Graças de Carvalho; CECÍLIO, Sálua. Adoecimento psíquico de professores: mapeamento e breve análise da literatura no período de 2018 a 2023. **Revista IR**, v.20, n.3, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/76975>. Acesso em: 25 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em:

https://pergamum.ufpel.edu.br/pesquisa_geral?for=AUTOR&q=Eva+Maria+Lakatos . Acesso em: 19 set. 2025.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 36, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/o-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 29 out. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 27-40, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em: 18 out. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PINHO, P. S.; FREITAS, A. M. C.; PATRÃO, A. L.; AQUINO, E. M. L.; Estresse ocupacional, saúde mental e gênero entre docentes do ensino superior: revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**. v. 32, n. 4 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210604pt>. Acesso em: 8 Jun 2026.

SÁ, Brunna Victória dos Santos; GOMES, Rebeca Soares; DANTAS, Rosa Amélia Andrade. Incapacidade para o trabalho por transtornos mentais e do comportamento no INSS: uma análise temporal. **Persp Med Legal Perícia Med**. 2023; 8: e230623. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.47005/230623>. Acesso em: 30 out. 2025.

SANTANA, Eugênio Jesus; SANTANA, Daniela de. Entre a sala de aula e o sofrimento psíquico: uma revisão sistemática sobre saúde mental de professores. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 1-24, 2025. ISSN 2965-6672. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/entre-a-sala-de-aula-e-o-sofrimento-psiquico-uma-revisao-sistemica-sobre-saude-mental-de-professores>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SILVA, J. C.; LEAL, L. T. A.; SCHMIDT, S.; FUHR, M. S.; SARAIVA, E. S. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. 242-262, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262> . Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA-JUNIOR, João Silvestre e FISCHER, Frida Marina Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. 2015, v. 18, n. 04. Acesso em: 14 Mar. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500040005>

SMARTLAB. **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho:** Plataforma SmartLab. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilCasosAfastamentos> Acesso em: 26 abr. 2026.

SOUZA, Maira Cazeto Lopes de; CARBALLO, Fábio Peron; LUCCA, Sérgio Roberto de. Fatores psicossociais e síndrome de burnout em professores da educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. 165-235, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6k7XQz7S3F7Q5Hb7LmH9dVC/> . Acesso em: 18 set. 2025.

SPOSITO, Marilia Pontes. Violência escolar e políticas públicas: questões para reflexão. **Revista USP**, São Paulo, n. 128, p. 13-26, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em: 29 out. 2025.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e244193, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/205248/188841> . Acesso em: 29 out. 2025.